



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Política Econômica

Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores

Índices de Preços



Série
Perguntas
Mais Frequentes

Índices de Preços¹

Este texto integra a série “Perguntas Mais Frequentes”, editada pela Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin) do Banco Central do Brasil, abordando temas econômicos de interesse da sociedade. Com essa iniciativa, o Banco Central do Brasil vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos da nossa realidade, buscando aumentar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

¹ Publicado com informações disponíveis até abril de 2003.

Sumário

1.	O que são índices de preços? Como são calculados?	7
2.	Por que existem tantos índices de preços no Brasil?	8
3.	Quais são esses índices?	8
4.	Qual a importância dos principais índices de preços?	9
5.	Em termos históricos, quando e por que se deu a multiplicação de índices usados no país?	9
6.	Por que a questão dos índices de preços ganhou tanto destaque nos últimos anos?	10
7.	Em prazo mais longo, como se compara a evolução do IPCA e do IGP-DI?	14
8.	Como o IBGE calcula seus índices?	17
9.	Como a FGV calcula seus índices?	19
10.	O que são as prévias do IGP-M ?	20
11.	Como é calculado o IPA?	20
12.	Como é calculado o IPC-Br da FGV ?	21
13.	Como é calculado o INCC ?	23
14.	Como a Fipe calcula seus índices?	24
15.	Existem outros índices de preços ?	24
16.	O que é o núcleo de inflação? Como é calculado?	25
17.	Onde posso obter as séries históricas mencionadas neste documento?	27

Índices de Preços



1. O que são índices de preços? Como são calculados?

Índices de preços são números que agregam e representam os preços de uma determinada cesta de produtos. Sua variação mede, portanto, a variação média dos preços dos produtos da cesta. Podem se referir, por exemplo, a preços ao consumidor, preços ao produtor, custos de produção ou preços de exportação e importação. Os índices mais difundidos são os índices de preços ao consumidor, que medem a variação do custo de vida de segmentos da população (a taxa de inflação ou deflação).

Como exemplo, o IPCA alcançou 2.085,68 em janeiro e 2.118,43 em fevereiro de 2003 (a data-base 100 refere-se a dezembro de 1993). Desses dados, conclui-se que a inflação de fevereiro de 2003 foi de 1,57% e que a inflação acumulada entre dezembro de 1993 e fevereiro de 2003 atingiu 2.018,43%.

Há uma série de parâmetros implícitos nas medidas de inflação ao consumidor:

- A região/cidade e a faixa de renda da população coberta.
- A pesquisa de orçamentos familiares (POF) para identificar a cesta de consumo da população da região e da faixa de renda selecionada.
- A metodologia empregada no cálculo, de forma a combinar em uma única medida estatística a variação do preço do conjunto de bens e dos serviços pesquisados.
- A definição da periodicidade e das fontes para a coleta de preços (tipo e tamanho de pontos comerciais, coleta de informações de preços de serviços e aluguéis, entre outras).



2. Por que existem tantos índices de preços no Brasil?

Como herança de décadas de inflação crônica, os agentes econômicos brasileiros se habituaram a conviver com grande variedade de índices de preços. Apesar dessa variedade, os índices calculados no país se classificam em três grupos principais: os índices de preços ao consumidor de cobertura nacional apurados pelo IBGE (www.ibge.gov.br); os índices gerais de preços apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (<http://www.fgv.br>); e o índice de preços ao consumidor de São Paulo, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (<http://www.fipe.com.br>).



3. Quais são esses índices?

- Os índices do IBGE incluem o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
- Os índices gerais da FGV incluem o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), além de seus componentes: o Índice de Preços por Atacado (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Br) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).
- Por fim, o índice da Fipe é o Índice de Preços ao Consumidor em São Paulo (IPC-Fipe).

Esses índices podem apresentar um indicador parcial ou de tendência, o que acaba fornecendo a variação mensal dos preços com maior frequência. Isso multiplica a quantidade de índices, que variam apenas pelo período de coleta e de divulgação. É o caso do IGP-DI e do IGP-M, que na prática são o mesmo índice, com períodos de coleta diferentes, e que contam ainda com outro “derivado”, o IGP-10. O mesmo ocorre com o IPCA e IPCA-15.

A Tabela 1 resume as características dos principais índices de preços no Brasil.

Tabela I – Características dos principais índices de preços

Instituto	Índice	Índices Componentes	Faixa de Renda	Área de Abrangência	Coleta	Divulgação	Início da Série
IBGE	IPCA-15	não há	1 a 40 SM	11 maiores Regiões Metropolitanas	Dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência	Até o dia 25 do mês de referência	2000
	IPCA				Dia 1º ao dia 30 do mês de referência	Até o dia 15 do mês subsequente	1979
	INPC		1 a 8 SM				1979
FGV	IGP-10	IPA IPC INCC	1 a 33 SM no IPC ponderado com Preços por Atacado e da Construção	12 maiores Regiões Metropolitanas	Dia 11 do mês anterior ao dia 10 do mês de referência	Até o dia 20 do mês de referência	1994
	IGP-M	IPA IPC INCC			Dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência 1ª Prévia dia 21 a 30 2ª Prévia dia 21 a 10	Até o dia 30 do mês de referência 1ª Prévia - até dia 10 2ª Prévia - até dia 20	1989
	IGP-DI	IPA IPC INCC			Dia 1º ao dia 30 do mês de referência	Até o dia 10 do mês subsequente	1944
Fipe	IPC-Fipe	não há	1 a 20 SM	Município de São Paulo	Dia 1º ao dia 30 do mês de referência	Até o dia 10 do mês subsequente	1939

Fontes: IBGE, FGV e Fipe.



4. Qual a importância dos principais índices de preços?

- O IPCA é o índice mais relevante do ponto de vista da política monetária, já que foi escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como referência para o sistema de metas para a inflação, implementado em junho de 1999.
- O INPC é um índice muito utilizado em dissídios salariais, pois mede a variação de preços para quem está na faixa salarial de até 8 salários mínimos.
- O IGP-DI é um índice bastante tradicional (sua história remonta a 1944) e foi no passado a medida oficial de inflação no Brasil. Atualmente, é utilizado contratualmente para a correção de determinados preços administrados.

- O IGP-M é o índice mais utilizado como indexador financeiro, inclusive para títulos da dívida pública federal (NTN-C). Também corrige preços administrados.
- O IPC-Fipe, apesar de restrito ao município de São Paulo, tem peculiaridades metodológicas e de divulgação (os resultados quadrissemanais) que reforçam sua importância.



5. Em termos históricos, quando e por que se deu a multiplicação de índices usados no país?

O IGP-DI representou durante décadas a medida de inflação oficial do país, inclusive como índice de correção monetária. Apesar de sua posição predominante, houve períodos de desconforto por se tratar de um índice híbrido (preços no atacado e no varejo). Essa é uma prática rara no mundo, uma vez que os índices de preços se referem em geral a preços ao consumidor ou a preços ao produtor.

Com o aumento da inflação no fim da década de 70 e no início dos anos 80, e com as múltiplas regras para correção de ativos financeiros, câmbio, salários, aluguéis e contratos em geral, outros índices ganharam relevância. Foi o caso do INPC, usado como parâmetro de reajuste nos dissídios salariais.

O agravamento do processo inflacionário a partir de 1983 tornou a questão de sua medida mais complexa. A adoção dos diversos planos de estabilização econômica foi geralmente acompanhada pela revisão das regras de indexação e por mudanças nas medidas de inflação, incluindo alterações na metodologia de cálculo, no período de coleta, expurgos ou descontinuidade de índices. O cansaço provocado por esse processo e alguma perda de credibilidade nas medidas de inflação do IBGE, uma instituição pública, estimularam o mercado, por meio da Associação Nacional de Instituições do Mercado Aberto (Andima), a patrocinar a criação do IGP-M em 1989, visto na época como um índice independente e livre do risco de interferência governamental.

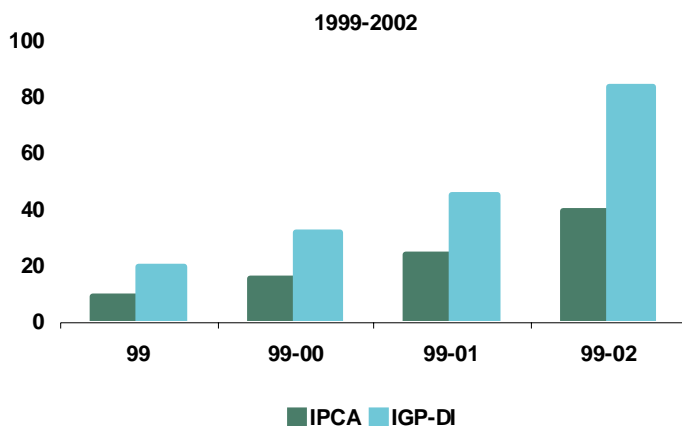
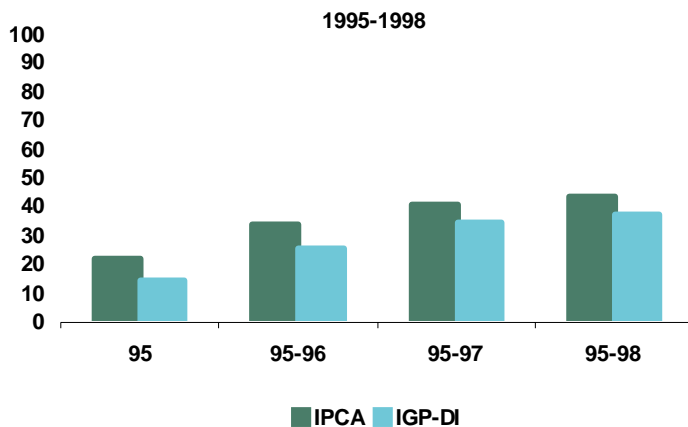


6. Por que a questão dos índices de preços ganhou tanto destaque nos últimos anos?

O Plano Real, em julho de 1994, promoveu uma ampla desindexação da economia, contribuindo para que a discussão sobre as várias medidas de inflação perdesse importância relativa. A partir de 1999, entretanto, essa questão voltou a ganhar destaque em função de três fatores: (i) a adoção de um regime monetário de metas para a inflação; (ii) o forte realinhamento de preços relativos provocado pela depreciação continuada da moeda brasileira no período 1999-2002; e (iii) a persistência de regras de indexação na economia, em particular para os chamados preços administrados por contrato.

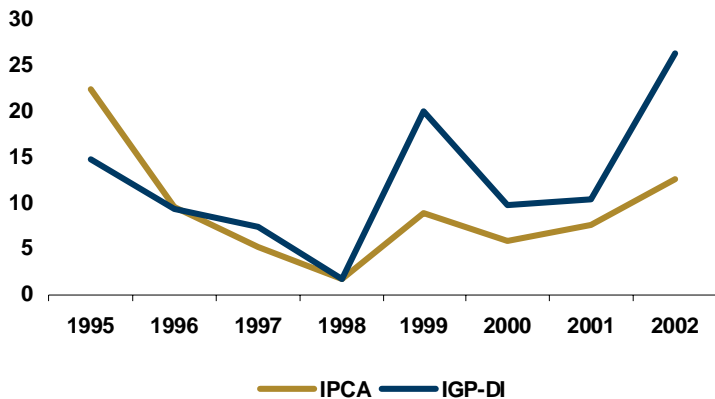
Na prática, a adoção do regime de metas para a inflação obrigou o Banco Central, na condução da política monetária, a dispor do máximo de informações sobre a inflação corrente, a tendência e as expectativas para as várias medidas de inflação. A depreciação cambial continuada, por seu turno, produziu um descasamento dos diversos índices de preços. De fato, nos últimos quatro anos, os IGPs apresentaram variação sistematicamente superior aos índices de preços ao consumidor (Gráficos 1 e 2). Isso decorreu do fato de a participação relativa dos bens comercializáveis ou *tradables* nos IGPs ser mais elevada do que nos preços ao consumidor. Por fim, na medida em que muitos dos preços administrados por contrato têm correção baseada nos IGPs, a variação desses preços tem superado amplamente a variação dos preços formados em mercado ou “livres”, como comprova o Gráfico 3.

Gráfico I – IPCA e IGP-DI Variações acumuladas – 1995-1998 e 1999-2002 (%)



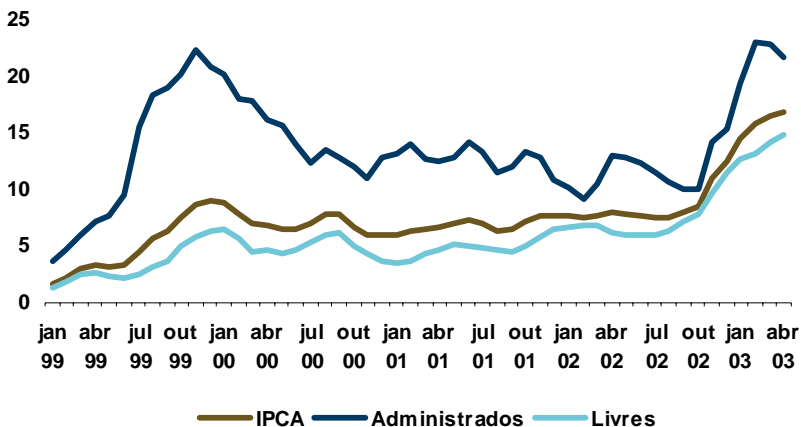
Fonte: IBGE e FGV

Gráfico 2 – IPCA e IGP-DI – Variações anuais – 1995-2002 (%)



Fontes: IBGE e FGV

Gráfico 3 – IPCA, preços administrados e preços livres – Variação em doze meses (%)



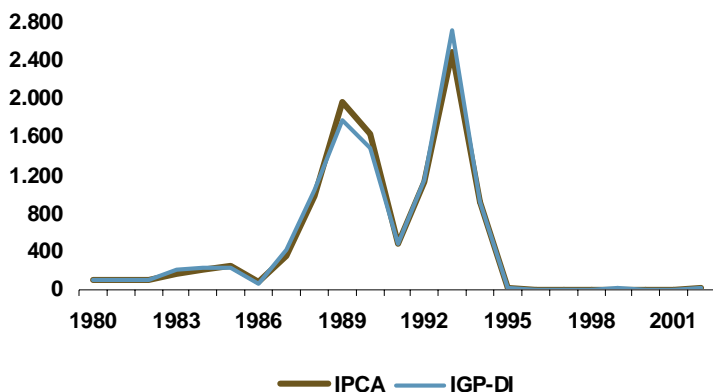
Fonte: Banco Central do Brasil



7. Em prazo mais longo, como se comparam a evolução do IPCA e a do IGP-DI?

O Gráfico 4 apresenta as variações anuais do IPCA e do IGP-DI desde 1980, com os correspondentes dados nas Tabelas 2 e 3. Observa-se a forte convergência na evolução dos índices. Com efeito, a variação média do IGP-DI, entre 1980 e 2002, situou-se em 220% ao ano, seis pontos percentuais superior à variação média do IPCA.

Gráfico 4 – IPCA e IGP-DI – Variações anuais – 1980/2002 (%)



Fontes: IBGE e FGV

Tabela 2 – IPCA e IGP-DI – Variação anual 1980–2002 (%)

Ano	IPCA	IGP-DI	Ano	IPCA	IGP-DI
1980	99,28	110,25	1992	1.119,09	1.157,84
1981	95,65	95,20	1993	2.477,15	2.708,39
1982	104,80	99,71	1994	916,43	909,67
1983	164,00	210,98	1995	22,41	14,77
1984	215,28	223,81	1996	9,56	9,33
1985	242,25	235,13	1997	5,22	7,48
1986	79,66	65,04	1998	1,66	1,71
1987	363,41	415,87	1999	8,94	19,99
1988	980,22	1.037,53	2000	5,97	9,80
1989	1.972,91	1.782,85	2001	7,67	10,40
1990	1.620,97	1.476,71	2002	12,53	26,41
1991	472,69	480,17			

Fonte: Banco Central do Brasil

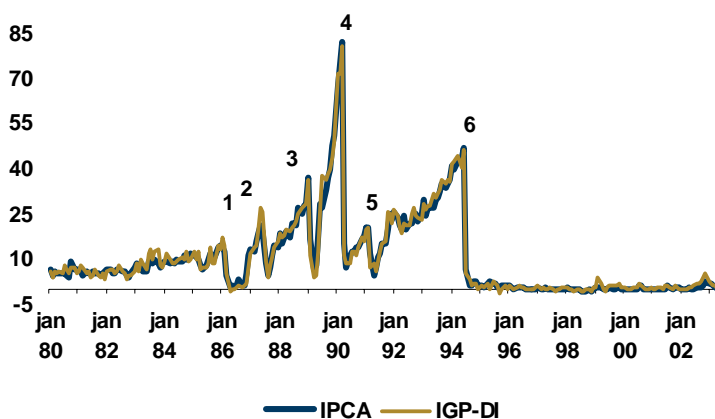
Tabela 3 – IPCA e IGP-DI – Variação média anual por período (%)

Período	IPCA	IGP-DI
1980-89	265,38	271,77
1990-99	270,84	274,11
2000-02	8,69	15,29
1980-02	213,95	219,99

Fonte: Banco Central do Brasil

O Gráfico 5 exibe as variações mensais do IPCA e do IGP-DI para o mesmo período. Os números constantes do gráfico identificam os planos anti-inflacionários nas duas últimas décadas: (1) Plano Cruzado, (2) Plano Bresser, (3) Plano Verão, (4) Plano Collor, (5) Plano Collor II e (6) Plano Real. Como se nota, nos cinco primeiros casos ocorreram quedas bruscas da inflação, seguidas de retorno rápido e em níveis cada vez mais altos. O efetivo controle do processo só ocorreu com o Plano Real.

Gráfico 5 – IPCA e IGP-DI – Variação mensal – Jan 80-mar 03 (%)



Fontes: IBGE e FGV



8. Como o IBGE calcula seus índices?

A coleta de preços para o IPCA e para o INPC cobre as nove maiores regiões metropolitanas do país (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo), mais Brasília e Goiânia. O índice nacional é calculado a partir da agregação dos índices regionais. A variável de ponderação do INPC é a “população residente urbana”, enquanto no caso do IPCA se considera o “rendimento total urbano” calculado por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995-96. Os pesos regionais estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Ponderação dos Índices Metropolitanos (%)

Região	INPC	IPCA
Belém	5,72	3,85
Belo Horizonte	11,02	9,15
Brasília	2,19	3,06
Curitiba	7,09	7,49
Fortaleza	6,20	3,34
Goiânia	5,02	3,78
Porto Alegre	7,66	9,19
Recife	7,21	4,25
Rio de Janeiro	10,80	13,40
Salvador	10,30	6,23
São Paulo	26,79	36,26
Soma	100,00	100,00

Fonte: IBGE

A pesquisa de orçamentos familiares foi efetuada entre 1995 e 1996 e adotada em agosto de 1999. Como ressaltado na Tabela 1, o IPCA e o INPC cobrem diferentes faixas de renda. O INPC se restringe a assalariados com renda entre 1 e 8 salários mínimos, enquanto o IPCA compreende rendas familiares de qualquer natureza até 40 salários mínimos.

A pesquisa de preços do IBGE está subdividida nos seguintes grupos principais: alimentação e bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e comunicação. O peso relativo de cada grupo é reestimado mensalmente, considerando-se a cesta de consumo na data-base e a variação relativa dos preços dos bens e serviços do grupo. A Tabela 5 apresenta os pesos por grupos na data-base e em março de 2003.

Tabela 5 – Ponderação dos grupos de produtos (%)

Grupo	IPCA		INPC	
	ago 99	mar 03	ago 99	mar 03
Alimentação e bebidas	22,30	23,67	29,59	31,76
Habituação	16,29	15,81	18,80	18,65
Artigos de residência	5,98	5,71	7,91	7,43
Vestuário	5,68	5,06	6,52	5,59
Transportes	19,99	22,30	15,93	17,56
Saúde e cuidados pessoais	11,47	10,24	9,85	8,69
Despesas pessoais	9,90	9,03	6,97	6,08
Educação	4,97	4,74	2,72	2,56
Comunicação	3,41	3,43	1,72	1,67
Soma	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE

A coleta de dados é realizada em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (nesse último caso, para apuração do valor de aluguéis e despesas de condomínio). O preço coletado é o valor de venda à vista. Os preços são coletados durante o mês civil e os índices divulgados no início do segundo decêndio do mês.

Além do IPCA, o IBGE também apura o IPCA-15. Esse índice é calculado da mesma forma que o IPCA, mas com o período de coleta adiantado em quinze dias (isto é, computando-se do 16º dia do mês anterior até o 15º dia do mês corrente) e sua divulgação ocorre por volta do dia 25 de cada mês. Por razões históricas, o IBGE também divulga o IPCA-E trimestralmente, que a rigor é o mesmo índice do IPCA-15, mas com uma base de dados mais longa, recuando a 1991.

Para maiores informações sobre a metodologia de cálculo desses índices, visite a página do IBGE na internet e siga o caminho <http://www.ibge.gov.br> => indicadores conjunturais => preços => INPC/IPCA => notas metodológicas.



9. Como a FGV calcula seus índices?

O Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), criado em 1951, é responsável pelo levantamento dos dados que servem de base para o cálculo dos IGP's (IGP-DI, IGP-M e IGP-10). A diferença entre os três índices se resume às datas de coleta de preços e divulgação dos resultados apurados. O Ibre divulga também o IGP-OG (Oferta Global), que se distingue do IGP-DI pela maior/menor participação de bens exportados/importados no IPA.

O IGP é uma média ponderada de outros índices: o IPA, com peso de 60%; o IPC-Br, com peso de 30%; e o INCC, com peso de 10%. A definição dos pesos, estabelecida quando da implantação do cálculo do índice, foi justificada com base no objetivo de reproduzir aproximadamente o valor adicionado de cada setor (atacado, varejo e construção civil) no PIB, àquela época. Essa ponderação nunca foi alterada, e há pouca evidência de que reproduza de forma adequada a estrutura de valor adicionado da economia. Para maiores informações sobre a metodologia de cálculo, acesse <http://www.fgv.br/IBRE/DGD/cepativ1.cfm>.



10. O que são as prévias do IGP-M ?

O IGP-M cheio ou fechado é publicado até o dia 30 de cada mês, computando-se a variação de preços ocorrida entre o 21º dia do mês anterior até o 20º dia do mês a que se refere o índice. Esse índice tem como principal destino o mercado financeiro.

Além disso, são feitas duas apurações prévias dos resultados do IGP-M, divulgadas até os dias 10 e 20 do mesmo mês. É importante destacar que os resultados das prévias não podem ser comparados entre si, nem ambos em relação ao resultado mensal do índice, mas sim encadeados (diferentemente dos resultados quadrissemanais do IPC-Fipe). Isso porque os resultados da primeira prévia se referem à variação de preços ocorrida nos dez primeiros dias do período coberto pelo índice cheio, isto é, referem-se ao período que vai do 21º ao 30º dia do mês anterior. Da mesma forma, os resultados da

segunda prévia referem-se aos vinte primeiros dias do período de apuração do IGP-M cheio. Portanto, o resultado da segunda prévia incorpora aquele da primeira prévia, assim como o resultado final incorpora o resultado da segunda prévia.

11. Como é calculado o IPA?

O IPA é um índice de preços no atacado de abrangência nacional. Além do índice geral, o IPA desdobra-se em outros subíndices, divididos em dois conjuntos:

- a) segundo a origem de produção: agrícola, com peso de 29%, e industrial, com peso de 71%, totalizando 66 subitens de preços;
- b) segundo o destino: consumo (34%) e produção (66%), com 17 subitens.

O sistema de pesos do IPA adota, como base de cálculo, dados censitários sobre produção, exportação e importação. A atual estrutura de pesos está baseada nos dados do Censo Agropecuário de 1996 e do PIB de 1999. A coleta de preços obedece a dois critérios, aplicados para os produtos agropecuários e industriais. Na pesquisa de preços de produtos agropecuários, as cotações são levantadas de forma eletrônica, por meio de boletins diários do Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola (SIMA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No caso dos produtos industriais, os preços são coletados por meio de pesquisa telefônica junto às empresas de destaque no fornecimento de cada item, tomando-se como base os valores constantes em suas listas de preços.

12. Como é calculado o IPC-Br da FGV ?

O IPC foi criado em 1944, abrangendo inicialmente apenas a cidade do Rio de Janeiro e, depois, também a cidade de São Paulo. Desde janeiro de 2001, passou a ter abrangência nacional, cobrindo doze das principais capitais do país (Tabela 6). No cálculo agregado, atribui-se a cada um dos doze municípios um peso fixo, que equivale à participação da população residente em 1996.

Tabela 6 – IPC-Br – Ponderação dos índices metropolitanos (%)

Região	Peso
Belém	4,02
Belo Horizonte	7,34
Brasília	1,04
Curitiba	5,18
Florianópolis	0,95
Fortaleza	6,90
Goiânia	3,52
Porto Alegre	4,53
Recife	4,73
Rio de Janeiro	19,49
Salvador	7,76
São Paulo	34,54
Soma	100,00

Fonte: FGV

O IPC-Br mede as variações de preços de bens e serviços de famílias com renda entre 1 e 33 salários mínimos. O índice geral é composto por sete subíndices, detalhados na Tabela 7. A cesta de consumo, a partir da qual se definiram os bens incluídos no índice e sua respectiva ponderação, foi definida por meio de pesquisa de orçamentos familiares efetuada em 1999/2000. Desde 2003, a FGV vem divulgando o IPC-S (semanal), a exemplo dos indicadores quadrissemanais do IPC-Fipe.

Tabela 7 – IPC-Br– Ponderação dos grupos de produtos (%)

Grupo	Janeiro	
	2001	2003
Alimentação	25,12	26,91
Habitação	31,15	31,11
Vestuário	5,08	4,51
Saúde e Cuidados Pessoais	12,02	11,31
Educação, Leitura e Recreação	9,23	9,29
Transportes	13,95	13,40
Despesas Diversas	3,46	3,46
Soma	100,00	100,00

Fonte: FGV



13. Como é calculado o INCC ?

O INCC mede a evolução mensal de custos de construções habitacionais, a partir da média dos índices de doze regiões metropolitanas. Para cada região, o INCC é calculado com base em uma amostra de custos de insumos (mercadorias, serviços e mão-de-obra) com representatividade para a indústria da construção civil. Além do índice geral, o INCC desdobra-se em dois subíndices: índice de mão-de-obra (64 itens) e índice de materiais e serviços (659 itens).

Os pesos regionais levam em conta as estatísticas de licenças de “habite-se” (área edificada). A amostra de insumos computada no INCC consta de orçamentos analíticos de empresas de engenharia civil, para construções habitacionais de três padrões de construção específicos (para maiores informações, consulte <http://www.fgv.br/IBRE/DGD/cepativ1.cfm#INCC>). Os preços são apurados junto a atacadistas, grandes varejistas e construtoras. A coleta conta também com informações complementares fornecidas pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio de sindicatos e associações.



14. Como a Fipe calcula seus índices?

O IPC-Fipe, calculado para a faixa de renda entre 1 e 20 salários-mínimos, é o índice de preços com série histórica mais longa, com início em janeiro de 1939. Apesar de se restringir ao município de São Paulo, corresponde a cerca de 35% dos IPCs nacionais, devido à grande representatividade de São Paulo na economia nacional.

Metodologicamente, esse índice apresenta algumas singularidades. Uma delas refere-se ao cálculo de variações quadrissemanais de preços, em que a média dos preços computada em um grupo de quatro semanas consecutivas é comparada com a média dos preços referente às quatro semanas consecutivas anteriores. Nesse cálculo, usam-se médias geométricas e aplica-se o conceito de contabilização por competência, e não por caixa (por exemplo, o aumento de uma tarifa pública só afeta a inflação quando a conta reajustada chega efetivamente ao consumidor).

O sistema de pesos foi alterado pela última vez com base em pesquisa de orçamentos familiares realizada em 1998/99, cujos resultados foram incorporados às coletas de preços a partir de janeiro de 2000. O atual sistema contempla os seguintes grupos e respectivos pesos: Alimentação (22,7%), Habitação (32,8%), Despesas Pessoais (12,3%), Vestuário (5,3%), Transportes (16,0%), Saúde (7,1%) e Educação (3,8%).



15. Existem outros índices de preços?

Sim, há diversos outros índices de preços além dos mencionados, geralmente vinculados a cidades/regiões específicas do país ou a atividades setoriais. Destacamos a cesta básica nacional, calculada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese); a cesta básica de São Paulo, divulgada pela Fundação de Proteção ao Consumidor (Procon) em convênio com o Dieese; e o Índice de Custo de Vida (ICV) de São Paulo, também apurado pelo Dieese.

A pesquisa da cesta básica nacional (<http://www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.html>) abrange dezesseis capitais (Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória) e acompanha a evolução de treze produtos de alimentação básica, que compõem a chamada “ração essencial mínima” (Decreto-Lei 399, de 30 de abril de 1938).

A pesquisa da cesta básica em São Paulo (<http://www.procon.sp.gov.br>) teve início em 1959, em bases mensais. Em janeiro de 1993, iniciou-se a pesquisa diária, realizada todos os dias úteis. Atualmente, a pesquisa é conduzida em setenta supermercados do município, com o correspondente índice sendo composto por 31 produtos.

O ICV do Dieese (<http://www.dieese.org.br/pof/pof.html#C2>) é calculado desde 1959 no município de São Paulo e é usado como termômetro em negociações salariais. Baseia-se em pesquisa de orçamentos familiares efetuada em 1994/95, e os dados são estratificados para três faixas de renda (até R\$337, até R\$934 e até R\$2.793), além do índice geral (renda familiar até R\$1.365).



16. O que é o núcleo de inflação? Como é calculado?

O cálculo do núcleo da inflação objetiva a obtenção de uma medida menos volátil que os índices tradicionais, que permita uma visão do comportamento geral dos preços menos errática do que a proporcionada por aqueles indicadores. Para isso, podem ser empregadas diferentes técnicas.

O Banco Central calcula e divulga o núcleo de inflação do IPCA pelo método de médias aparadas simétricas. Descartam-se as 20% maiores e as 20% menores variações de preços verificadas nos itens do IPCA, em um dado mês. Com isso, ambas as caudas da distribuição das variações de preços são eliminadas.

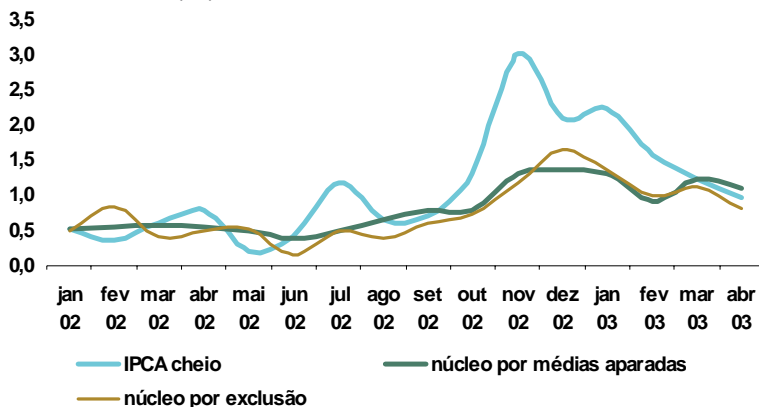
Outra técnica empregada envolve a simples exclusão de determinados itens/grupos, originalmente computados em um dado índice de preço. Temos, nesse caso, o cálculo do núcleo inflacionário

que também é efetuado pelo Banco Central para o IPCA (excluindo as variações dos preços administrados e monitorados e alimentação no domicílio).

Diversos outros procedimentos, envolvendo índices de preços, podem ser utilizados. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) calcula a tendência da inflação baseado em um modelo de redução de volatilidade, combinando duas técnicas, de médias aparadas e de suavização exponencial. Para maiores detalhes, acesse <http://www.ipea.gov.br/pub/bccj/bc048.html>. A FGV apura o núcleo do IPC-Br utilizando o método de médias aparadas simétricas (20% em cada cauda), com preços específicos suavizados ao longo de doze meses.

Para maiores informações sobre as várias medidas de núcleo, consulte, na série de “Trabalhos para Discussão do Banco Central”, o estudo “Evaluating Core Inflation Measures For Brazil”, de Francisco Figueiredo, em <http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=316&codP=769&idioma=P> (em inglês).

Gráfico 6 – IPCA e núcleo por médias aparadas e por exclusão – Variação mensal (%)



Fonte: Banco Central do Brasil



17. Onde posso obter as séries históricas mencionadas neste documento?

Para encontrar as séries de dados e atualizar todos os gráficos e tabelas aqui expostos, pode-se recorrer às séries temporais disponíveis na página do Banco Central na internet, em <http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?perfil=1&cod=559&codP=766&idioma=P>, seleção por assunto => Atividade econômica => Preços.

Um recurso oferecido na página do Banco Central na internet é a Calculadora do Cidadão, facilidade que permite atualizar valores nominais por diversos índices de preços. Para consultar, acesse <http://www.bcb.gov.br/mPag.asp?cod=280&Perfil=2&codP=0&idioma=P>

O Banco Central também disponibiliza planilhas em Excel com os principais indicadores econômicos em <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.htm?perfil=1>. Os índices de preços encontram-se no Capítulo I – Conjuntura Econômica.

Série “Perguntas Mais Frequentes” Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário 5/2003
2. Índices de Preços 5/2003
3. Copom 5/2003
4. Indicadores Fiscais 5/2003
5. Preços Administrados 5/2003
6. Gestão da Dívida Mobiliária e Operações de Mercado Aberto 5/2003
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro 5/2003

Diretor de Política Econômica

Ilan Goldfajn

Coordenação

Pedro Fachada

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques

Carolina de Freitas Pereira

César Viana Antunes de Oliveira

Luciana Valle Rosa Roppa

Maurício Gaiarsa Simões

Riva Rossini y Albernaz

Shad Turney

Tarsila Segalla Afanassieff

Vanessa Simbalista Escarlate

Criação e editoração:

Secretaria de Relações Institucionais

Junho/2003

Brasília-DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do
Banco Central do Brasil